

A Batalha da Borracha e as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia *The Battle of Rubber and public development policies for the Amazon*

Francisco Eleud Gomes da Silva¹
Emerson Dias da Silva²
Eduardo Gomes da Silva Filho³

Submetido em: 20/08/2022
Aprovado em: 20/08/2022
Publicado em: 23/08/2022
DOI: 10.51473/rcmos.v2i2.342

Resumo

Neste artigo, abordaremos as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia. No primeiro momento, o destaque será a borracha natural, tanto na primeira, quanto na segunda fase, quando ocorrerá a retomada da sua produção que, naquele momento, ficou conhecida como “Batalha da Borracha”. Posteriormente, as políticas públicas de desenvolvimento terão novo rumo, que incluirá a criação de vários órgãos que farão parte da infraestrutura a ser usada para o programa de desenvolvimento da Amazônia, no período do governo Vargas e, principalmente, após o golpe de Estado dos militares.

Palavras-chave: Batalha da Borracha. Políticas Públicas. Desenvolvimentismo. Amazônia.

Abstract

In this article, we will discuss public development policies for Amazon. In the first moment, the highlight will be natural rubber, both in the first and in the second phase, when the resumption of its production will occur, which, at that moment, became known as “Battle of rubber”. Subsequently, public development policies will have a new direction, which will include the creation of several bodies that will be part of the infrastructure to be used for the Amazon development program, during the period of the Vargas government and, especially, after the military coup d’état.

Keywords: Battle of the rubber. Public Policies. Developmentalism. Amazon.

1 Introdução

O contexto histórico mundial daquele momento fez com que os militares fossem induzidos a fazer uma rearticulação da economia do Brasil com o capital internacional, criando condições econômicas e políticas para propiciar uma grande concentração e centralização do capital estrangeiro, nacional.

Para Octávio Ianni (1986), na prática, o que ocorreu foi que os governos militares criaram toda uma infraestrutura e entregaram a Amazônia para ser explorada de maneira intensiva e extensiva pelo capital estrangeiro. Corrobora com esse entendimento, Silva Filho (2015), que fez uma análise pormenorizada da entrada de projetos desenvolvimentistas na Amazônia durante o regime civil-militar.

De acordo com Guido Mantega (1984) o desenvolvimentismo recebeu influência direta da corrente Keynesiana que se manifestava contrária ao neoliberalismo neoclássico, pois essa ideologia foi compartilhada por uma grande maioria dos intelectuais do Brasil e América Latina nas décadas de 40 e 50, tornando-se um símbolo de luta de um número diverso de forças sociais que apostam na industrialização e na solidificação da evolução do sistema capitalista nos países de ponta desse continente.

Essa ideologia desenvolvimentista crescia tanto na nascente burguesia industrial, quanto na classe média urbana e nas forças armadas, que nesse momento encontrava-se com bastante força política na jovem república brasileira. Encorpou-se, dessa maneira, uma ideologia desenvolvimentista intervencionista, que tinha apoio nos segmentos da população representada na burocracia estatal do Estado Novo. Confirmamos a presença desta ideologia num discurso proferido por Getúlio Dorneles Vargas em 1944. Observe na fala de Vargas,

Só as mentalidades impermeáveis aos ensinamentos dos fatos podem acreditar ainda na validade dos princípios do “*laissez-faire*” econômico e nos seus corolários políticos. O livre jogo das forças sociais, no estágio de evolução a que atingimos. É a anarquia pura e simples. Esta verdade, cabalmente

1

1 Servidor Público Federal. Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: f.eleud@hotmail.com.

2 Professor da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas-SEDUC-AM. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: emersonge1980@hotmail.com.

3 Professor da Universidade Federal de Roraima-UFRR. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira-PPGH/UNIVERSO. E-mail: eduardo.filho@ufr.br.

confirmada pelas punições da guerra às grandes potências mundiais, torna-se de maior evidência em relação aos povos como o nosso, em plena fase de crescimento e expansão. (VARGAS, 1944 [Discurso] p. 57 *apud* MANTEGA, 1984, p. 29).

Como vimos acima, a partir do discurso proferido por Vargas, a gênese do desenvolvimentismo no Brasil precedeu as ações de Juscelino Kubitschek e do fatídico golpe militar de 1964.

2 A saga do povo cearense rumo à Amazônia e os percalços da II guerra mundial

Segundo Adelaide Gonçalves e Pedro Eymar Barbosa Costa (2008), os primeiros cearenses a enfrentar os rios em busca de seringais em 1869, considerados os primeiros paroaras, foi João Gabriel de Carvalho e Melo que trouxe neste ano para a Amazônia, especificamente para o baixo Purus, 50 homens de Uruburetama. Neste mesmo ano deslocaram-se para o Amazonas 1.603 cearenses. E em 1900 seguiram mais 15.773 migrantes, dos quais 9.296 embarcados em Fortaleza e 6.477, no porto de Camocim – todos com ajuda do Governo Federal. Consolidava-se um fluxo migratório no eixo Nordeste/ Amazônia.

Gonçalves e Costa reiteram que:

O seringueiro fez correrias contra o nativo e mudou a paisagem, alterou parcialmente o meio ambiente, pois a riqueza que buscava estava sobre a terra. Ele sangra a árvore para fazer a “pela”, não precisa arrancar a “pela” da natureza. Não desfigura a paisagem de forma violenta como ocorreu na fase da ocupação da Amazônia, de forma caótica, desenfreada, desordenada e criminosa, pela agropecuária, mineração e, especialmente hoje, pelo agronegócio. Neste processo, a terra é rasgada, despojada de sua paisagem e de sua gente – índios e seringueiros que assumem juntos, uma nova identidade: “povos das florestas”, guardiões das matas, da vida e da natureza. (GONÇALVES; COSTA, 2008, p. 20).

Segundo Antônio Luiz Macedo da Silva Filho (2008), após a entrada dos Estados Unidos na segunda Guerra Mundial em dezembro de 1941, ocorreu uma readequação em se tratando das relações diplomáticas a partir das quais se desenvolveram o progressivo ordenamento do Brasil aos aliados; depois duma sucessão de medidas, finalmente em agosto de 1942, foi declarada guerra às potências do eixo.

A situação do estado do Ceará encontrava-se difícil por causa da seca que assolava o interior do estado, em momento marcado pelo desespero do engajamento do Brasil no esforço de guerra. Convivia-se com uma forte mobilização patriótica, uma política de controle da população civil, uma tensão muito grande devido ao perigo de bombardeios nas cidades urbanas que se localizavam no litoral brasileiro.

Toque de recolher, desfiles marciais, comícios inflamados em praças públicas, passeatas de exortação cívica, conscrição militar para a formação dos quadros de combatentes, cidades às escuras tendo em vista o melhor resguardo das temidas investidas aéreas dos inimigos.

Embora convivesse com a falta de chuva, o mais agravante era o medo devido ao clima de guerra que se instalara, pois, a qualquer momento, existia a iminência de um bombardeio sobre os domicílios de Fortaleza. Neste sentido, Silva Filho enfatiza que:

No ano da desgraça de nosso Senhor de 1942” – como aludiu irreverente o poeta Aluizio Medeiros -, conceberam-se, outrossim, diversas campanhas e medidas voltadas à modelação de estados de espírito que, estendeu-se até o término da guerra, se pretendiam condizentes com o proclamado imperativo de segurança nacional. Ligas femininas organizadas para confeccionar agasalhos destinados aos soldados brasileiros; cursos preparatórios de enfermagem; coordenação da sociedade civil para a coleta doméstica de metais a serviço do reaparelhamento das forças armadas; arregimentação de trabalhadores para a assim chamada “Batalha da Borracha”, a ser travada na selva amazônica, sob condições aviltantes dos empregados na faina dos seringais; criação de grupos voltados à recolha de doativos para a causa aliada; séries de cursos, palestras e conferências ministradas em escolas, clubes, agremiações e sindicatos sobre a necessidade imperiosa e sacrifício em nome do dever patriótico; montagem de um aparato difuso de vigilância, suspeição e delação que, sob regime autoritário, acentua os já estreitos limites à expressão da opinião e promovia nos indivíduos disposição avessa a ideias divergentes do discurso oficial, em regras estigmatizadas como traços de subversão ou quinta-colunismo e por isso submetidas a penalidades previstas em lei. Desenha-se uma funesta cumplicidade entre a conjuntura belicosa e o acirramento de dispositivos de controle social. (SILVA FILHO, 2008, p. 24).

2

Para Silva Filho (2008), o objetivo de Getúlio Vargas através do Estado Novo era articular estratégias para a mobilização completa da população brasileira, no sentido de expressar uma “batalha da produção”, desta maneira, não atendendo às reivindicações dos operários, retiradas de direitos trabalhistas adquiridos, intervenção militar nas fábricas, principalmente as de têxteis, aumento da jornada de trabalhos em muitos setores, “[...] além da militarização do cotidiano com seus apelos à transformação de cada cidadão em soldado; a invenção de uma política de escassez; o mascaramento dos conflitos sociais mediante a construção de um front interno aglutinando as diversas classes.”. (SILVA FILHO, 2008, p. 25).

Logo após a Amazônia entrar em crise por conta da produção de borracha na Malásia, o governo brasileiro

ensaçou um discurso para proteger a Amazônia, mas não passou de retórica, pois, na prática, a grande produtora de borracha natural, até então, que era a Amazônia, não foi beneficiada a contento pelos decretos e leis que foram criados a partir de 1912.⁴

3 Benefícios governamentais para a indústria: uma iniciativa com pouco impacto

Para Pinto (1984), levando-se em conta os capitais envolvidos no extrativismo amazônico, o incentivo que foi dado para o desenvolvimento da indústria de artefatos no sul do país não foi relevante, pois não apresentava qualquer benefício em relação à exportação. É importante enfatizar ainda que a criação da atividade industrial no Sul do país ocorreu de forma desarticulada pelo extrativismo amazônico. Essa falta de sintonia, aliás, continua ocorrendo de forma dominante no crescimento do domínio gomífero.

No que diz respeito à política econômica governamental, este imbróglio foi resolvido com o favorecimento do setor industrial devido à forte participação sulista na indústria, e do descaso com o extrativismo gomífero. Para Pinto (1984), a retórica oficial de Getúlio Vargas estava de acordo com o “plano de defesa da borracha” apresentada em dois de janeiro de 1930, onde afirmava que:

Outra consequência lógica da sistematização e desenvolvimento dos serviços nacionais de instrução, educação e saneamento será o estudo metódico das possibilidades de colonização da Amazônia. Este é sem dúvida, um dos mais graves e complexos problemas da atualidade brasileira. Da sua solução efetiva dependerá a reconquista de nossa posição, que tão relevante foi, nos mercados mundiais da borracha. Só as crescentes vantagens que este produto assegura, no globo todo, justificariam a execução do projeto de saneamento da vasta e exuberante região amazônica. (ANDRADE, 1950 apud PINTO, 1984, p.12).

Portanto, constatamos que as autoridades sabiam da necessidade da produção de borracha natural para suprir pelo menos o mercado interno, porém existiam as dificuldades para serem resolvidas, como por exemplo: em relação à população amazônica, existia sua dispersão espacial e localização ao longo dos principais rios navegáveis, para isso era necessário adotar medidas que fossem razoáveis, levando-se em consideração a pesca e a agricultura de subsistência, atividades já difundidas.

Vale lembrar ainda que, no discurso de Getúlio Vargas, ele falava da necessidade de uma grande quantidade de recursos financeiros para fomentar o desenvolvimento gomífero na Amazônia, como não foi posto em prática essa política de desenvolvimento naquele momento, a Amazônia ficou condenada ao imobilismo das atividades gomíferas.

No período do governo Vargas, especificamente no início da década de 1940 até 1954, verifica-se uma crise na economia regional, reclamações por parte da burguesia e oligarquias locais, acompanhada do problema da segurança nacional e a industrialização. A situação econômica da região amazônica se agrava em decorrência da ausência de políticas públicas consistentes direcionadas aos grupos minoritários, com menos força política. Nesse período, são criados os territórios federais pelo governo Getúlio Dorneles Vargas; em 1943, Amapá, Roraima e Rondônia. Iniciativas que tinham como objetivos minimizar o despovoamento do espaço amazônico e o controle direto dos territórios recém-criados pelo Governo Federal.

Para Pinto (1984), vale enfatizar que, enquanto não havia desenvolvimento na economia gomífera na Amazônia até o início de 1940, em contrapartida, ocorreu o inverso tanto no desenvolvimento da heveicultura asiática, quanto no transporte automotivo, e, como consequência, o aumento do tamanho da dependência das economias industriais em relação ao suprimento da borracha vegetal.

A partir de 1940, por conta da eclosão da segunda guerra mundial e devido aos “Acordos de Washington” em 1942, foi sendo traçado um plano de investimento e desenvolvimento da borracha para a Amazônia, para suprir uma parte da borracha que, anteriormente, vinha da Malásia e que agora se encontrava sob o controle dos japoneses por conta do bloqueio do Oceano Pacífico pelo Japão.

4 A dependência norte-americana da borracha antes e depois do ataque à base aérea de Pearl Harbour e o interesse pela Amazônia

Segundo Seth Garfield (2009), devido à grande quantidade de recursos naturais no Brasil, bem como a forte influência americana na política na América do Sul, levando-se em conta que a existência de uma considerável população de ascendência alemã e a proximidade da África Ocidental contribuíram decisivamente para que os militares norte-americanos enxergassem, no Brasil, uma grande oportunidade de criar um lugar estratégico para lutar contra a ofensiva nazista no hemisfério. Garfield acrescenta que:

Entre setembro de 1939 e dezembro de 1941, com a guerra em andamento na Europa e na Ásia, um conglomerado de agências norte-americanas tentou complementar ou substituir o Departamento de Estado para fortalecer o comércio e a aliança interamericanos, assegurar o acesso a recursos estratégicos e excluir o Eixo do hemisfério ocidental: a Reconstruction Finance Corporation, a Inter-American

4 Para Nelson Prado Alves Pinto (1984), a Legislação de 1912, através dos decretos nº 2.543-A (BRASIL, 1912) e 9.521 (BRASIL, 1912a), trazia em seu bojo benefícios para a primeira fábrica de artefatos de borracha que se fixasse em Manaus, Belém, Recife, Bahia e Rio de Janeiro, no entanto nada ocorrera até 1922.

Development Commission, of Export-Import Bank, o Economic Defense Board, o Airport Development Program, o Office of Inter-American Affairs, o Departamento de Agricultura e o Departamento da Guerra.⁵ (GARFIELD, 2009, p. 22).

Garfield (2009) ressalta que, por volta de 1940, os Estados Unidos representavam apenas 6% da população mundial e 7% da superfície terrestre, contudo, eram os maiores produtores de carro, cerca de 75% da produção mundial; produziam, ainda, 50% dos produtos industriais finais.

Porém a rápida mudança de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial de grande produção no começo do século XX, ocasionou uma grande necessidade de se importarem matérias-primas para suportar a produção industrial. Isso se tornou um grande desafio para os Estados Unidos, adquirir borracha natural para suprir essa demanda, provocada, primeiramente, pelo avanço tecnológico significativo das máquinas, como também posteriormente, por conta da eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Garfield (2009) destaca que, na década de 1920, os ingleses haviam elaborado políticas de restrição sobre a produção de borracha nas colônias asiáticas, então sob o seu controle. Isso trouxe um grande transtorno para os Estados Unidos, além de provocar fortes reações nacionalistas, tendo em vista que os americanos necessitavam urgentemente dessa borracha para suprir a grande demanda para sua indústria bélica nesse momento. Diante disso, o governo americano começou a procurar alternativas que viessem suprir essa necessidade, para isso, incentivou grandes investimentos para o empresário Henry Ford na Amazônia, a partir de 1927.

É muito importante destacar que, mesmo nos Estados Unidos, havia divergências em relação à exploração da borracha nos seringais amazônicos. Segundo Seth Garfield (2009), os liberais tinham dúvida com relação ao aumento das exportações advindas da América Latina durante o período da Segunda Guerra Mundial.

“Neste sentido, entendiam que seria melhor apoiar a industrialização, a aplicação de leis trabalhistas e a expansão do comércio complementar de commodities na América Latina, como forma de modernizar economias “coloniais” e promover a ascensão social.”. (GARFIELD, 2009, p. 21).

Para Garfield (2009), os conservadores se intensificaram para neutralizar as iniciativas do governo norte-americano durante a guerra, no sentido de obter matérias-primas das negociações que estavam em vigor, em prejuízo da reestruturação socioeconômica.

Eram terminantemente contrários à prática da atuação política do governo americano e, principalmente, à assistência econômica e melhorias nas condições sociais na Amazônia, ressaltando que tais medidas constituem violações aos princípios do livre mercado, ao assistencialismo por parte do governo americano bem como uma falta de respeito à soberania brasileira.

“O entusiasmo com a Amazônia, forjado nos desdobramentos políticos do panamericanismo, em meio à incerteza global, evoluiu a partir de vários tropos culturais dos Estados Unidos e, ao mesmo tempo, os evocou.”. (GARFIELD, 2009, p. 33). Este projeto de exploração da borracha, preliminarmente, foi ostentado através de uma estratégia geopolítica para aproximar os Estados da América Latina, com o intuito de minimizar a dependência do governo americano em relação ao comércio da Europa, finaliza Garfield. Este autor ressalta que,

Porém a reabilitação do comércio amazônico propunha reorientações radicais para o capitalismo industrial norte americano, reflete visões providencialistas de uma cornucópia edênica através da troca e do armazenamento de cultivos complementares, invocava uma renovação espiritual por meio da comunhão cultural e prometia ganhos materiais e regeneração política através da conquista da fronteira.⁶ A historiografia recente sobre a Amazônia produzida por norte-americanos também reflete as mudanças nos significados da região, ao mesmo tempo em que contribui para elas. Durante a Guerra Fria, quando acadêmicos dos Estados Unidos questionam as teorias das ciências sociais e os mantras políticos sobre o subdesenvolvimento da América Latina, o trabalho de Barbara Weinstein (1983) examinou os modos de produção nos seringais para entender o engessamento do processo de transição da região para o capitalismo. Alguns anos mais tarde, com as preocupações ambientais ganhando maior proeminência nos debates políticos e no método historiográfico nos Estados Unidos, Warren Dean (1987) se concentrou nos desafios botânicos para o cultivo de seringueiras na Amazônia para entender as peculiaridades desse comércio. E minha pesquisa sobre a Amazônia no imaginário dos Estados Unidos no período da Segunda Guerra Mundial, conduzida em meio a uma desastrosa guerra no Iraque que levou à morte mais de 4 mil soldados norte-americanos e mais de 90 mil civis iraquianos, foi assombrada pelas origens e consequências da dependência de matérias-primas na indústria automotiva e pelos dramas e tramas que os norte-americanos instigaram, interna e externamente, ao lidar com essa realidade. (GARFIELD, 2009, p. 33-55).

5 As políticas de desenvolvimento para a Amazônia no período Vargas

Segundo Adélia Engrácia de Oliveira (1983), durante o período do governo Vargas entre 1930-1945 e 1951-1954,

5 O objetivo específico de várias dessas agências foi bem estudado no caso do Brasil. Sobre o OIAA, ver: (TOTA, 2000); (CAMPOS, 2006). Sobre a USDA e a FAR, ver: (DEAN, 1987).

6 Estou aqui me inspirando na análise de Richard Drayton sobre as coleções botânicas do Império Britânico como originadas, em parte, pelas visões providencialistas da abundância Edênica. Ver: (DRAYTON, 2000).

o Governo Federal tentou priorizar a área da economia nacional. Foram elaborados alguns programas de desenvolvimento, sendo a Amazônia uma das prioridades, pois era um enorme problema, que a administração nacional tinha que sanar com metas concretas para o atraso da região, contribuindo para o desenvolvimento nacional em geral. Mas, foi somente no segundo governo de Getúlio Vargas que, inicialmente, foi criado o Plano de Valorização Econômica da Amazônia (PVEA), e, em 1953, nasce a Superintendência de Valorização do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Oliveira (1983) afirma que, no dia 10 de outubro de 1940, Getúlio Dorneles Vargas fez um grande pronunciamento que ficou conhecido na história como “Discurso do Rio Amazonas” em Manaus, em pleno teatro Amazonas. Vargas ressaltou vários problemas em que a região se encontrava, dentre os quais podemos destacar: o vazio demográfico.

Havia a necessidade de povoar a região, por meio de um cultivo racional. Fez-se um acordo com os países fronteiriços, para alavancar o desenvolvimento na região e para que houvesse um “movimento de reconstrução nacional”. Embora seja importante frisar que já existiam em curso algumas políticas desenvolvimentistas na Amazônia, como por exemplo, a expansão do Ministério da Agricultura em 1939, que tinha como meta criar um Instituto Agrônomo em Belém para fomentar o estudo das plantas que produziam a goma elástica, assim como outras espécies extrativas da região e tinha também a função de orientar e dinamizar as atividades agrícolas e econômicas da Amazônia. Arioaldo Umbelino de Oliveira explica que:

Com a eclosão da Segunda Grande guerra mundial, a marcha do processo que levaria ao falso nacionalismo/estatismo foi se solidificando com a assinatura dos “Acordos de Washington”, que curiosamente instituíram o monopólio estatal da exploração do minério de ferro, através da Companhia Vale do Rio Doce – CRVD, constituída em 1942. Como complemento fundamental do acordo, os preços das matérias-primas foram congelados. (OLIVEIRA, 1988, p. 15).

Para Oliveira (1988), pode-se constatar que a história do Brasil no pós-segunda guerra está envolvida pelo processo de internacionalização da economia brasileira. Observa-se que este processo está coerente com o desenvolvimento do meio capitalista de produção em sua etapa monopolista e isso motivou a internacionalização judicial da superfície ou porção do território nacional brasileiro.

Ficou evidenciado ser esta uma grande estratégia geopolítica que permeou a relação entre os grandes grupos econômicos com sedes nos países industrializados do universo capitalista e os governantes, principalmente, os militares no Brasil.

Para Oliveira (1983), apesar de existir essa intenção de desenvolvimento regional na Amazônia, havia a necessidade de recursos financeiros suficientes para colocar em prática tal projeto. Porém, com o início da Segunda Guerra Mundial, a situação ficou complicada, principalmente após a ocupação dos seringais da Malásia pelos japoneses, e, como consequência, o bloqueio no Pacífico, dificultando a vida dos americanos. Diante dessa situação, o governo americano, precisando de borracha natural para suprir a demanda da guerra, propôs e consolidou acordos com o Brasil em março de 1942, que ficaram conhecidos como “Acordos de Washington”.

No entendimento do Governo Federal, esses acordos poderiam trazer benefícios no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia, pois, além de ser em longo prazo, os americanos iriam financiar o programa de transportes, de pesquisa pelo Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, cuja instalação ocorreu em 1941, e de saúde pública. Oliveira enfatiza que:

Tais negociações, embora tivessem permitido a criação de uma infraestrutura que serviria de base, mais tarde, para o desdobramento de mecanismo de integração nacional, foram responsáveis, no entanto, pela “Batalha da Borracha”, que levou milhares de “soldados da borracha” (calcula-se em 40 mil o número de mortos) que eram, em geral, nordestinos que haviam se deslocado para a Amazônia entre 1942 e 1945, atendendo a apelos do governo. (OLIVEIRA, 1983, p. 264).

Oliveira (1983, *passim*) argumenta que devido aos “Acordos de Washington” e a necessidade de povoar a Amazônia, o governo central criou todo um aparato para desenvolver a região, destacamos:

A criação do Banco de Crédito da Borracha, que tinha como objetivos desenvolver a produção gomífera, financiar a produção, saneamento e colonização das regiões produtoras, desenvolvendo as funções que antes eram fomentadas pelas Casas Aviadoras e Exportadoras;

b) Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), esse serviço foi mantido pela Fundação *Rockefeller* e tinha o objetivo de dar assistência médica aos trabalhadores em gerais;

c) *Rubber Reserve Company*, posteriormente, mudou para *Rubber Development Corporation* (RDC), esta agência americana era responsável pelo transporte e o suprimento de bens para os seringais, servia também para o transporte de passageiros no interior assim como o transporte da borracha para os Estados Unidos;

d) Serviço Especial de Mobilização dos Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e depois a Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia (CAETA), sua função era recrutar, hospedar e levar os nordestinos até os seringais;

e) Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico (SAVA) que tinha a missão de abastecer de gêneros alimentícios e administrar o racionamento devido ao bloqueio marítimo;

- f) Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios que tinha o objetivo de atender os militares e civis, devido à dificuldade de transporte, por falta de combustíveis líquidos;
- g) Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, instalada em 1941 à margem esquerda do rio Solimões, em Boa Vista, e Colônia Agrícola Nacional do Pará, criada em 1942 no município de Monte Alegre, no distrito de Inglês de Souza. A meta era fixar proprietários rurais com o objetivo de colonizar e povoar as regiões e minimizar as tensões sociais, através do deslocamento da fronteira agrícola;
- h) Instituto Agrônomo do Norte, em Belém, criado em 1941, para desenvolver pesquisas sobre as plantas, identificação do solo e da floresta; Aeroporto de Ponta Pelada, construído em Manaus (AM) com o objetivo de desenvolver o transporte. Nesse período, também, foi ampliado o Aeroporto de Val-de-Cans, em Belém (PA)
- j) Foi também incorporado ao patrimônio nacional a “*Amazon River Steam Navigation*” (Serviço de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará). Sob os cuidados do Governo Federal.

Em se tratando de projeto de desenvolvimento, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1970) enfatizam que, para fazer uma análise global do desenvolvimento, não basta apenas incorporar ao conhecimento dos condicionantes estruturais a percepção dos “fatores sociais” assimilados estes como novas variáveis do tipo estrutural. Cardoso e Faletto acrescentam que:

Para adquirir significação, tal análise requer um duplo esforço de redefinição de perspectivas: por um lado, considerar em sua totalidade as “condições históricas particulares” – econômicas e sociais – subjacentes aos processos de desenvolvimento, no plano nacional e no plano externo; por outro lado, compreender, nas situações estruturais dadas, os objetivos e interesses que dão sentido, orientam ou animam o conflito entre grupos e classes e os movimentos sociais que “põem em marcha” as sociedades em desenvolvimento. (CARDOSO; FALETTTO, 1970, p. 21).

Isso diz respeito à procura de uma concepção que admita vincular concretamente os componentes econômicos e os sociais do desenvolvimento no diagnóstico do desempenho dos grupos sociais. Dessa forma, subentende-se que a análise ultrapasse a aproximação que se estende como perspectiva estrutural, empossando-a em uma interpretação feita em termos de “processo histórico”.

Essa interpretação não quer dizer concordar com a ótica inocente que marca a influência da sequência temporal para a explicação científica, início e desenvolvimento de cada situação social, porém, que o devir histórico só se explica por categorias que outorgam significação aos fatos e que, em decorrência, sejam historicamente mencionadas. Cardoso e Faletto confirmam que:

Dessa maneira, considera-se o desenvolvimento como resultado da interação de grupos e classes sociais que tem um modo de relação que lhes é próprio e, portanto, interesses materiais e valores distintos, cuja oposição, conciliação ou superação dá vida ao sistema socioeconômico. A estrutura social e política vai se modificando na medida em que diferentes classes e grupos sociais conseguem impor seus interesses, sua força e sua dominação ao conjunto da sociedade. (CARDOSO; FALLETO, 1970, p. 22).

Para Cardoso e Faletto (1970), diante dessa perspectiva, percebe-se que o problema teórico imprescindível é composto pela definição dos modos que amparam as estruturas de dominação, pois a compreensão da ação das relações de classe se assimila por seu intermédio.

A situação do subdesenvolvimento nasceu historicamente a partir da ampliação do capitalismo comercial e, posteriormente, do capitalismo industrial que ligou a um mesmo mercado economias que não expõem graus diversos de desigualdade do sistema produtivo, mas também incorporaram localizações diferentes no alicerce global do sistema capitalista.

Cardoso e Faletto (1970, p. 26) acrescentam ainda o seguinte argumento à sua análise “[...] desta forma, entre as economias desenvolvidas não existe uma simples diferença de etapa ou de estágio do sistema produtivo, mas também de função ou posição dentro de uma mesma estrutura econômica internacional de produção e distribuição”.

Para Cardoso e Faletto (1970), isso pode ser visto por outro ângulo como uma estrutura definida de relações de dominação. Vale a pena ressaltar que este conceito de subdesenvolvimento, da maneira como é aplicado, tem mais a ver com o alicerce de um tipo de sistema econômico, com características de primazia do setor primário, onde a concentração de renda é notável e a dominação do mercado externo sobre o interno. Cardoso e Faletto esclarecem, ainda que:

Há que se buscar os pontos de intersecção do sistema econômico com o sistema social, através dos quais se revelam os nexos e a dinâmica dos diferentes aspectos e níveis da realidade que afetam as possibilidades de desenvolvimento (CARDOSO; FALETTTO, (1970, p. 24).

Cardoso e Faletto (1970) entendem que para se ter o reconhecimento histórico do subdesenvolvimento, é necessário não apenas marcar as características estruturais das economias subdesenvolvidas, pois existe a necessidade de entender como as economias subdesenvolvidas ligaram-se historicamente ao mercado mundial e como se formaram os grupos sociais internos que lograram esclarecer as relações voltadas para o exterior que o subdesenvolvimento imagina.

Tal estudo identifica que, no plano político-social, mantém-se algum tipo de dependência nas situações de

subdesenvolvimento. E essa dependência inicia-se historicamente com a ampliação das economias dos países capitalistas originários. Cardoso e Faletto concluem que:

A dependência da situação do subdesenvolvimento implica socialmente uma forma de dominação que se manifesta por uma série de características no modo de atuação e na orientação dos grupos que no sistema econômico aparecem como produtores ou como consumidores. Essa situação supõe nos casos extremos que as decisões que afetam a produção ou o consumo de uma economia dada são tomadas em função da dinâmica e dos interesses das economias desenvolvidas. (CARDOSO; FALETTTO. 1970, p. 26).

Para Furtado (2009), a teoria do desenvolvimento econômico visa esclarecer, numa dimensão macroeconômica, as causas e o processo continuado da produtividade do fator trabalho e suas consequências na organização da produção bem como da maneira como se distribui e se usa a produção social.

Isso se explica em duas fases, sendo que a primeira, onde existe a predominância das formulações abstratas, compreende a análise do mecanismo de crescimento, sendo necessários à criação de modelos ou de um esquema simples dos sistemas econômicos existentes que tenham, como base, as relações estáveis entre variáveis quantificáveis e reconhecidamente de muita relevância.

A segunda fase abrange o plano histórico e abarca o estudo crítico, em oposição a uma realidade dada, das categorias básicas definidas pela análise abstrata. Furtado explica ainda que,

Não basta construir um modelo abstrato e elaborar a explicação do seu funcionamento. Igualmente importante é a verificação da eficácia explicativa deste modelo em confronto com uma realidade histórica. Somente essa verificação poderá indicar as limitações decorrentes do nível de abstração em que foi elaborado o modelo e sugerir as modificações a serem introduzidas para fazê-lo válido do ponto de vista de uma realidade dada (FURTADO, 2009, p. 25).

Para Furtado (2009), o desenvolvimento econômico é considerado um fenômeno que em si explicita uma dimensão histórica. Cada economia tem suas dificuldades no processo de desenvolvimento. Em alguns casos são comuns a outras economias contemporâneas. Furtado destaca que, entre as dificuldades encontradas, podemos apontar:

O complexo de recursos naturais, as correntes migratórias, a ordem institucional, o grau relativo de desenvolvimento das economias contemporâneas singularizam cada fenômeno histórico de desenvolvimento. Também poucas economias encontram hoje maiores dificuldades para sair da estagnação, devido à natureza das suas relações de intercâmbio externo. O comércio exterior aí aparece, portanto, como um fator estimulante e impeditivo do desenvolvimento. (FURTADO, 2009, p. 28).

6 Projetos desenvolvimentistas para a Amazônia no período dos governos militares

Ariovaldo Umbelino Oliveira (1988) ressalta que, para se compreender como se processou a ocupação da Amazônia, é necessário entender a função dos militares. Isso diz respeito à história da exploração dos minérios no Brasil, que está relacionada com o envolvimento dos Estados Unidos na política interna brasileira e como uma parte da burguesia nacional que se incorporou aos bancos estrangeiros na exploração descontrolada das riquezas minerais do Brasil. Oliveira confirma que:

Na realidade estava sendo movimentada mais uma peça no jogo do xadrez desencadeado pelos norte-americanos, uma vez que a instalação de modernas siderurgias no Brasil, Chile e Colômbia fazia parte dos planos estratégicos do Pentágono para descentralizar o parque industrial norte-americano, de certo modo ameaçado ante o desenvolvimento pela Alemanha nazista das bombas “V-2” lançadas por foguetes de autopropulsão. Aliás, a Vale do Rio Doce por conta desses “acordos” prestou serviço aos aliados durante a Segunda Grande Guerra e para isso recebeu empréstimos em dólares do Eximbank - Export & Import Bank of Washington. Como consequência dos acordos, também, a CRVD acumulou déficits que se arrastaram até 1952. (OLIVEIRA, 1988, p. 16).

Ao se falar sobre desenvolvimento na Amazônia, faz-se necessário entender o contexto histórico, econômico e social desse momento, principalmente, no período da ditadura militar, pois devemos entender como o Brasil fomenta políticas de desenvolvimento para a Amazônia. Segundo Oliveira (1983), com a implantação dos governos militares, sob o comando do Presidente, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, foram adotadas medidas estratégicas para o desenvolvimento da Amazônia.

Essas iniciativas mudaram totalmente a política vigente até então, tais medidas ficaram conhecidas como “Operação Amazônia” (1965-1967) e através dessas iniciativas, foi montado todo um dispositivo institucional que tinha como meta a ocupação, desenvolvimento e a integração da fração do norte do Brasil ao conjunto nacional, surgidos a partir da imprescindibilidade de fortalecer a atuação federal na região, pois estavam em evidência os perigos que essa região representava para a segurança nacional, pois existia uma extensão muito grande de terras praticamente vazia. Na ótica de Loureiro (1992) essa preocupação de integrar a Amazônia ao restante do país não passou de uma estratégia visando esse objetivo:

O movimento denominado Operação Amazônia (1966/1967) consistia num conjunto de instrumentos de atração de capitais, facilitando sua entrada com base em Incentivos Fiscais e outras garantias mais gerais como acesso à terra e aos outros bens da natureza da Amazônia. O marco mais importante e deflagrador do movimento foi um grande encontro nacional de investidores nas duas principais capitais regionais – Belém e Manaus – além de discussões permanentes entre empresários e agentes do governo, a bordo de um navio, e outras reuniões menores. (LOUREIRO, 1992, p. 72).

Segundo Oliveira (1988), com relação à Operação Amazônia, no entendimento da ideologia da Escola Superior de Guerra, achava-se arrolada a comunicação dos tempos das “fronteiras geográficas” para os das “fronteiras ideológicas”: Era necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas” [sic]. Dessa forma, o lema “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse possível a exploração dos recursos naturais pelos grandes monopólios multinacionais. Ao que tudo indica, este lema, aparentemente inscrito na e por muita gente interpretado como produto da ideologia geopolítica das “fronteiras”, teve origem e deve ser interpretado como produto da ideologia das “fronteiras ideológicas”. O estado autoritário criou toda sorte de políticas para implementar a internacionalização da economia brasileira e, por conseguinte, entregou e continua entregando de forma vil os recursos naturais do país. É por isso que esclarecemos desde já a interpretação do lema do Projeto Rondon de forma oposta: “integrar para entregar”. (OLIVEIRA, 1988, p. 32).

Um exemplo clássico de que os militares prepararam a Amazônia para entregá-la ao capital estrangeiro foi o famoso Projeto Jari. Oliveira (1990) afirma que todo o processo relacionado à região amazônica só foi colocado em prática devido à participação dos militares que governavam o país naquele momento, juntamente com seus estrategistas geopolíticos, que foram os principais responsáveis pela inclusão da Amazônia ao capitalismo mundial monopolista. Oliveira relata ainda que: “Seu rastro tem sido o rastro da expropriação. Expropriação dos recursos naturais, minerais, florestais, dos solos, do suor dos trabalhadores, das nações indígenas. Tudo isso feito sem consulta à maioria da população deste país”. (OLIVEIRA, 1990, p. 17).

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1990), entre os vários empreendimentos relacionados à sua área florestal, o que chama mais atenção é o próprio Jari, do norte-americano, Daniel Keith Ludwig. Este americano teve envolvimento direto com os militares e a CPI instalada para apurar a venda de terras para os estrangeiros. Foram os militares que fizeram o convite ao Mr. Ludwig, para fazer investimentos no Brasil, eles também trataram de livrá-lo da legislação que tratava sobre a venda de terras para estrangeiros, assim como também o livraram das complicações da CPI. Oliveira faz a seguinte observação:

A par desses processos que envolveram os grandes grupos capitalistas em nosso país, o Projeto Jari foi concebido como um projeto florestal para a produção de celulose, um projeto agropecuário para a produção de arroz e criação de gado, e de exploração mineral para a extração do caulim e bauxita. (OLIVEIRA, 1990, p. 25).

Para Lúcio Flávio Pinto (1986), naquele período, praticamente em toda a Amazônia, o homem vivia da extração e coleta dos produtos na natureza. No Projeto Jari, as atividades econômicas não passavam da colheita de castanhas e do corte de seringueiras. Esses produtos iam primeiramente para Belém e depois para o exterior.

Daniel Ludwig adquiriu uma empresa que lidava com castanha, borracha, látex, caucho, peles de animais, balata, madeiras e sementes oleaginosas. Esta empresa era muito antiga, do século XIX ainda, devido a isso, apenas mandavam os homens colher estes produtos na floresta. Mas Ludwig era muito ousado e pretendia transformá-la numa empresa moderna, do século XXI.

Segundo Pinto (1986), ele sabia que havia necessidade de preparar uma grande infraestrutura para apoiar as atividades econômicas, e este investimento deveria ser incluído nas despesas, sabia, também, que para obter sucesso nesse empreendimento, necessitava de uma grande cooperação e assistência governamental.

Este Projeto ficou sob o comando do senhor Ludwig, por pelo menos dez anos, sua administração era com mão de ferro. Depois, o Projeto Jari passou por diversas dificuldades, quando fica explícito, que a atuação da empresa que se portava de forma indiferente e queria continuar a viver a era do autoritarismo, que lhe garantiu uma infinidade de privilégios.

Com relação às condições de trabalho no Projeto Jari, Pinto afirmava que:

A população de Belém só tomou conhecimento do inferno que era o Jari quando dezenas de cearenses, liderados por Cesário Medeiros, sublevaram-se, tomaram um navio e obrigaram o dono da propriedade a aceitar a fuga em massa. Chegaram à capital aliviados: haviam conseguido abandonar o cativeiro disfarçado nas terras do coronel José Júlio de Andrade. (PINTO, 1986, p. 85).

Portanto, diante do sofrimento desses trabalhadores, percebe-se explicitamente um caso de desrespeito à dignidade humana. A entrega da Amazônia pelos militares aos estrangeiros, como esse do caso Jari, revela, um total desrespeito à Pátria e à soberania nacional. Esses militares que governavam o país naquele momento, durante a execução do grande Projeto Jari, não tiveram, em nenhum momento, uma preocupação com a Amazônia que estava sendo violentamente

explorada e devastada pelos estrangeiros, através da investida do capital internacional. Na visão de Oliveira, era uma violência:

A expropriação dos recursos naturais é, sem sombra de dúvida, a grande meta do capital internacional na região amazônica. Ele tem procurado se apoderar dele, de modo a garantir os chamados “suprimentos estratégicos para os Estados Unidos e demais nações capitalistas desenvolvidas”. (OLIVEIRA, 1990, p. 35).

Em se tratando de projetos desenvolvimentistas para a Amazônia, não poderíamos esquecer o Projeto Carajás. Para Anthony L. Hall (1991), o Projeto Carajás foi o maior projeto de desenvolvimento “agregado”, que nunca foi colocado em prática em nenhuma área de floresta tropical úmida do planeta. Foi inaugurado em 1980, quase uma década e meia após descobrirem minérios de ferro, correspondendo a quase 11% do Brasil e dispendo de uma área de aproximadamente 900.000m². Pode-se afirmar que esse Projeto Carajás teve utilidade em se tratando de transformar o panorama econômico e social, contribuindo, sobretudo, para atrair um considerável contingente populacional. Para Hall, este projeto foi benéfico porque contribuiu com o povoamento da região:

Trouxe para a região oriental da Amazônia milhares de operários de construção civil em busca de emprego, garimpeiros à cata de riquezas, pequenos agricultores à procura de terras, e um sem-número de outros indivíduos querendo ocupação. Áreas urbanas, variando de capitais estaduais, como São Luiz e Belém, a cidades provincianas como Marabá, Açailândia e Imperatriz, experimentaram explosões demográficas com o advento do Programa Carajás e se calcula que aumentará em tamanho de 40% a 800% por volta do ano 2000. (HALL, 1991, p. 60).

Para Hall (1991), a grande importância do Programa Carajás se dá pela sua formação atualmente, que é composta por quatro grandes projetos: um depósito de minérios de ferro, duas fábricas de alumínio e a hidrelétrica de Tucuruí. Embora existisse um grande complicador que era uma concentração estrangeira muito grande, algo em torno de (US\$ 1,8 bilhões de dólares em 1988).

Existiu certo cuidado com relação à soberania Nacional. A descoberta foi compreendida um mês depois, quando pesquisas adicionais revelaram que Carajás possuía as maiores reservas de minérios de ferro da alta graduação de todo o mundo (calculadas atualmente em 18 bilhões de toneladas, com uma graduação média de 66% FE).

Animada com essas perspectivas, a *US Steel* requereu ao governo brasileiro direitos de exploração em uma área de 160.000 ha. O governo brasileiro, porém, resistiu em colocar tanto poder nas mãos de uma única empresa estrangeira e, após três anos de acerto, uma ação conjunta foi formalizada em 1970, com a criação da AMZA (Amazônia Mineração S. A.), com 51% de capital acionário em poder da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce) e 49% da *US Steel*. Em 1974, a AMZA obteve os direitos de exploração sobre toda a área do Carajás. (COTA, 1984; SANTOS, 1986 *apud* HALL, 1991, p. 61, *passim*).

Para Hall (1991), as polêmicas e conflitos gerados em decorrência do subdesenvolvimento que existiam e continuam a existir na Amazônia, assim como a importância da atribuição do Estado e dos camponeses, pode ser elucidado em três grandes classes: primeira a lógica do modelo de capital, segundo o argumento da agregação institucional e uma terceira análise mais pluralística. Hall explica ainda que:

Cada uma delas dá ênfase diferente ao explicar as crises agrárias, tal como a que é atualmente características da Amazônia, em termos de grande variedades de fatores, como por exemplo,: interesses de classes internas e globais dominantes, vinculados à disseminação do capitalismo, o papel variável das máquina do Estado na determinação da política de desenvolvimento, a contínua existência dos camponeses na Amazônia e a influência de organizações intermediárias, como forças ativas de barganha, nas negociações com uma faixa de organismos privados e oficiais. (HALL, 1991, p. 250 - 251).

Para Hall (1991), diante de um amplo debate, vale a pena questionar qual deles tem uma explicação mais razoável para o modelo de desenvolvimento agrário no Programa Carajás; que conclusões podemos tirar a respeito da intervenção estatal para fomentar o desenvolvimento na região; quais as contribuições que tiveram essa população de aproximadamente cinco milhões de habitantes. No caso do primeiro modelo, que é o da lógica do capitalismo, basicamente, submetem os exemplos de desenvolvimento rural e a política do Estado a forças externas.

A crise agrária acontece devido à consequência de uma ampliação capitalista dependente e desigual na periferia, contribuindo para a divisão social, descampesinação e proletarização. O segundo modelo, que é da Incorporação Institucional, mostra elucidação alternativa que tem como base a atribuição dominante. Estes modelos que tratam de subordinação ao capital e de controle institucional pelo Estado, foram, em parte, desmentidos pelo enfoque pluralista, mais voltado para os atores. Hall afirma que:

Este tipo de análise, do qual há vários, atribui em geral papéis algo diferentes à classe dos pequenos agricultores e ao aparelho do Estado, ao qual se relaciona. Em vez de supor um campesinato impotente, a enfrentar forças externas esmagadoras, ele é visto como reagindo a circunstâncias mutáveis, moldando, dessa maneira, ativamente o processo de mudança, interagindo com instituições e indivíduos em todos os níveis. (HALL, 1991, p. 254).

Segundo Ianni (1986), entre o período de 1964 - 1978, o Estado brasileiro foi sensibilizado a desenvolver uma

política econômica com certa agressividade e ordenação de submissão da agricultura ao capital. Ianni afirma ainda que:

Nesses anos, o processo de subordinação da agricultura à indústria, do campo à cidade, entrou em uma fase talvez mais intensa e generalizada do que em ocasiões anteriores de tempo recente. As medidas governamentais adotadas propiciaram a aceleração e a generalização do desenvolvimento intensivo e extensivo do capitalismo do campo. Nas atividades em que eram escassas, dispersas ou inexistentes as organizações capitalistas de produção, como na pecuária rústica da Amazônia, por exemplo, o poder estatal foi levado a induzir, incentivar ou apoiar tanto a constituição de empreendimentos capitalistas como, a concentração e a centralização do capital. Por um lado, principalmente nas atividades agrícolas localizadas no Centro-Sul, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento intensivo do capitalismo. Por outro lado, como nas terras-do-sem-fim, devolutas, tribais ou ocupadas na Amazônia, o Estado foi levado a favorecer o desenvolvimento extensivo do capitalismo (IANNI, 1986, p. 15 - 16).

Ianni (1986) afirma que, para entender por que ocorreu e como aconteceu esse processo de desenvolvimento intensivo e extensivo, com esse teor agressivo e repressivo do capitalismo na agricultura, é necessário verificar as relações entre as políticas agrícolas do poder estatal e a política de desenvolvimento econômica geral que o Estado brasileiro foi sensibilizado a colocar em prática.

Desde o início, o governo ditatorial foi convencido a submeter-se às diretrizes do capital monopolista estrangeiro e nacional. Infelizmente privilegiou a dependência da economia, contribuindo para redução ou até mesmo a anulação da autonomia, presente no conjunto do sistema econômico do país. Ianni ressaltava também que:

Com o golpe se instala uma ditadura a serviço do capital monopolista. Não só o aparelho de Estado, mas toda vida econômica, política e cultural do país passa a ser amplamente determinada pela política de acumulação capitalista acelerada. Daí o caráter agressivo e repressivo, em termos econômicos e políticos, da política econômica estatal. (IANNI, 1986, p. 17).

Para Ianni (1986), essa política nefasta e cruel tinha como objetivo explorar ao máximo o trabalhador industrial e agrícola, alguns setores da classe média e do campo tinham como meta também escancarar as portas do Brasil à livre atuação do capital monopolista estrangeiro.

João Goulart que, naquele momento, era o presidente do Brasil, propôs uma política econômica de caráter nacionalista ou soberano, enquanto o governo militar de Castelo Branco, na prática, foi totalmente contrário a essa política, desenvolvendo, na verdade, uma política dependente e subordinada ao capitalismo internacional. Na prática, o que ocorreu, segundo Ianni, foi:

O que os governos militares foram levados a fazer foi rearticular a economia do Brasil com o imperialismo, segundo condições estabelecidas principalmente pela empresa estrangeira, imperialista, ou corporação transnacional”. A ditadura instalada no país propiciou todas as condições econômicas e políticas convenientes a uma intensa e ampla concentração e centralização do capital, sob o controle da empresa estrangeira, nacional e associada. Foi nesse contexto que o Estado brasileiro foi levado a adotar a política de “economia aberta”. (IANNI, 1986, *idem*, p. 17).

Ianni (1986) destaca que a política econômica do governo militar no período da ditadura favoreceu e protegeu, econômica e politicamente, uma grande acumulação capitalista; como consequência dessa política o capital estrangeiro foi privilegiado, garantido e reforçado em sua presença no setor agropecuário do subsistema econômico brasileiro. Para Ianni, é necessário entender que o capitalismo internacional não começou a desenvolver suas atividades apenas na época da ditadura.

É claro que o capital monopolista-estrangeiro, nacional e associado – já dominava a vida econômica e política brasileira desde muitas décadas antes de 1964. Em especial, durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-60) ocorreu novo surto de penetração desse capital nos negócios da sociedade e do Estado no Brasil. Essa penetração imperialista e monopolista foi tão ampla e profunda que o Golpe de Estado de 1964, contra o governo do Presidente João Goulart, teria sido impossível sem a sua ajuda ou inspiração. (IANNI, 1986, p. 35).

As transformações que ocorreram na Amazônia no período de 1964 - 1978 foram basicamente um desenvolvimento extensivo do capitalismo. Observa-se que, no extrativismo, na agricultura e pecuária, aumentaram as relações capitalistas de produção, junto com as forças produtivas. Ianni observa, ainda, que:

A rigor, a criação e a expansão da empresa de extrativismo, a agropecuária e mineração, da mesma forma que a política de demarcação e titulação das terras devolutas, tribais e ocupadas, ao lado da colonização dirigida, tudo isso expressa o processo mais ou menos amplo e intenso de expansão das relações capitalistas na região. Isso não significa que antes de 1964 as atividades econômicas da região não estivessem articuladas, em maior ou menor grau, com os mercados da própria Amazônia, além do nacional e estrangeiro. (IANNI, 1986, p. 56).

Ianni (1986) afirma que, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia

(SPVEA), criada em 1953, vale a pena ressaltar que ela não teve uma ação célebre nas atividades agrícolas e pecuárias. O Banco de Crédito da Amazônia, que surgiu a partir do Banco da Borracha, juntamente com a SPVEA, não foram tão marcantes no que diz respeito ao desenvolvimento da Amazônia. Apenas ajudaram a conservar o funcionamento produtivo instalado e hegemônico na região. Toda região dependia das atividades econômicas direcionadas para a subsistência das unidades produtoras:

Comunidades indígenas, famílias, margens, centros, lugarejos, povoados, vilas etc. e acrescia, a tudo isso, o fato de que a vida econômica, social, cultural ou política desses lugares, áreas, e do conjunto da região amazônica, estava definida, ou conformada, por um sistema de transportes e comunicação construído com base nos rios e igarapés. Por meio dos rios e igarapés as distâncias eram mais longas, sem fim. Tudo isso fortemente marcado, ou determinado, pelo extrativismo, que está presente em toda a história da Amazônia. (IANNI, 1986, *idem*, p. 56).

Após a criação da SPVEA, em 1953,⁷ ficou explícito, pelo menos ideologicamente, o poder do Estado com a ativação e a distinção das atividades extrativas, agrícolas, pecuárias e mesmos industriais na região, reitera Ianni (1986). Vale frisar que o Estado não tinha clareza quanto aos objetivos e tampouco as ligações práticas em relação às decisões e ações para a proteção, dinamização ou distinção das atividades econômicas.

É óbvio que essas iniciativas não guardaram sempre a mesma finalidade e sistemática. Foram adotadas ao acaso das pressões de grupos locais e regionais, ou ao acaso da forma pela qual o Estado brasileiro era levado a conceber as articulações dos interesses nacionais com os regionais. Inclusive pode-se observar, por exemplo, que um órgão federal criado para a Amazônia pode ter as suas finalidades e os seus meios reformulados, em si e em combinação com outros órgãos criados para o desenvolvimento do extrativismo, agropecuária, agroindústria ou mesmo indústria na região (IANNI, 1986, p. 58).

Para Cardoso e Müller (1978), houve algumas mudanças entre o primeiro plano de 1953, quando foi criada a SPVEA e em 1966 quando se criou a SUDAM, foram feitas algumas alterações no que diz respeito ao Estado e ao tipo de desenvolvimento para a Amazônia.

Enquanto o Plano de 1953 pleiteava uma união entre o capital estatal e o privado, sem ao menos falar em capital estrangeiro, em 1966 a coisa é bem diferente, pois, com a criação da SUDAM, o Estado prepara a Amazônia para o capital privado, ficando com os investimentos mais complexos, da infraestrutura, pesquisa e planejamento, que necessitavam de uma grande soma de capital com perspectiva de retorno em longo prazo. Cardoso e Müller ressaltam ainda que:

Além disso, o segundo plano pretende uma maior racionalidade na exploração dos recursos regionais visando, principalmente, à autossustentação da população já fixada e dos contingentes populacionais que ali venham a estabelecer-se. Desestimula a produção extrativa, preferindo que esta seja substituída, sempre que possível, por atividades mais rentáveis; incentiva o desenvolvimento da agricultura, pecuária e piscicultura como fontes básicas de sustento da população e propõe a seleção de áreas mais propícias ao desenvolvimento, onde se concentrariam os recursos disponíveis, criando polos de desenvolvimento regional. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 114).

Desde 1912, quando a produção da borracha natural da Amazônia entrou em crise por conta da borracha cultivada no Sudoeste da Ásia, o Brasil nunca levou a sério o desenvolvimento da Amazônia no que diz respeito à borracha, e tampouco a presença do Estado na Amazônia foi efetivo, concernente aos grupos minoritários. Ficou apenas na retórica e no discurso, porém, devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial e com a escassez da borracha natural, foi desenvolvido um plano que ficou conhecido como “Batalha da Borracha”. Nesse momento, é perceptível a presença do Estado na Amazônia. Ianni enfatiza essa presença.

A partir de 1942, cresceu de modo mais ou menos ininterrupto a presença do poder estatal nos problemas da Amazônia. Além dos desenvolvimentos e rearranjos das organizações administrativas dos governos dos estados, territórios e municípios, o Estado tem sido cada vez mais presente e ativo na região. Problemas econômicos, em geral, e financeiros, em particular, provocaram a participação crescente do poder estatal na criação de órgãos, adoção de diretrizes e implementação de decisões. A rigor, cresceu bastante, em termos quantitativos e qualitativos, a presença do poder estatal nos mais distantes lugares da região. (IANNI, 1986, p. 58 - 59).

Segundo Ianni (1986), o Governo Federal criou o Banco de Crédito da Borracha S.A. para tentar resolver o problema econômico, em particular, o aumento da produção da borracha natural, pois devido à eclosão da Segunda Guerra Mundial havia a necessidade de borracha natural em grande quantidade para os Estados Unidos para atender à demanda.

Com o fim da guerra em 1945, houve uma mudança com relação à posição internacional da borracha natural da Amazônia, devido à borracha que estava sendo cultivada na Ásia, especificamente, no Sudoeste. Ficou perceptível, na Constituição de 1946 (BRASIL, 1946), no artigo 199, a preocupação do Estado em relação ao desenvolvimento na região. Cogita-se impulsionar as ações produtivas ou começar novas ações econômicas, quem sabe industriais. Ianni reafirma ainda:

7 Cf. SILVA FILHO, Eduardo Gomes da (2015).

Foi nos anos 1960 - 1978, entretanto, que se acentuaram as transformações econômicas e sociais na Amazônia. Em 1960, inaugurou-se a rodovia Belém-Brasília. Depois, em especial a partir de 1966, remodelaram-se ou criaram-se agências federais, definindo novos objetivos e meios de atuação pública e privada na região. Foram tantas e tais decisões, agências e atuações do Estado na Amazônia, que é possível afirmar que foi nos anos 1960 - 1978 que a Amazônia se rearticulou sob nova forma, com o sistema econômico e político nacional e internacional. Ao lado do extrativismo, criaram-se ou desenvolveram-se atividades de mineração, agrícolas, pecuárias e industriais. Desenvolveu-se o sistema de transportes e comunicação, de modo a tornar as atividades econômicas e políticas da região independentes (ou pouco dependentes) do sistema fluvial. (IANNI, 1986, p. 60).

Para Ianni (1986), foi a partir de 1966, estendendo-se até 1978, que ocorreu uma intensificação relacionada à modificação da economia na região, com o objetivo de avivar e pluralizar as ações econômicas da Amazônia. Observam-se as principais iniciativas que o governo adotou: em 1966, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, (SUDAM), através da Lei nº 5.173 (BRASIL, 1966).

A Sudam se consolidou como o órgão mais notável para a ativação da economia amazonense. Ela tinha a missão de coordenar, supervisionar programas e planos de outros órgãos federais que atuavam na região. Foi através da criação de incentivos fiscais e financeiros que a Sudam objetivava atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em junho de 1970, foi criado o PIN (Plano de Integração Nacional) através do decreto-lei nº 1.106 (BRASIL, 1970). O objetivo essencial da criação do PIN, era subsidiar o plano de obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDENE E SUDAM, com o propósito de integrar a economia nacional, para isso era previsto um orçamento no valor de Cr\$ 2 bilhões de cruzeiros, que deveriam advir de:

- a) Recursos orçamentários, previstos nos orçamentos anuais e plurianuais;
- b) Recursos provenientes de incentivos fiscais (de 1971 a 1974 30% do total deduzido de imposto de renda serão creditados ao PIN);
- c) Contribuições e doações de empresas públicas e privadas;
- d) Empréstimos de instituições financeiras nacionais e internacionais;
- e) Recursos de outras fontes. (CARDOSO; MÜLLER, 1978, p. 124).

Cardoso e Müller (1978) esclarecem, ainda, que a primeira fase do PIN iniciava-se com a construção da Transamazônica, da Cuiabá-Santarém e com o Plano de Irrigação do Nordeste; frisa, ainda, que a desapropriação das áreas localizadas nestas rodovias, bem como sua colonização e exploração, ficavam a cargo do PIN através dos seus recursos, já mencionados.

Segundo Cardoso e Müller (1978), em 28 de fevereiro de 1967, foi criada a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) através do Decreto-lei nº 288 (BRASIL, 1967). Este órgão tinha como principal missão administrar a Zona Franca de Manaus, era uma autarquia ligada ao Ministério do Interior, vale a pena frisar que não tinha nenhum vínculo com a SUDAM, embora estivesse incluída em seu Plano Diretor. A SUFRAMA tinha como objetivos principais:

1. Desenvolver um Plano Diretor da área de 10.000km² à margem esquerda do rio Negro.
2. Proporcionar desenvolvimento sozinha ou através de associações com empresas públicas ou privadas.
3. Tinha como meta principal desenvolver e integrar a Amazônia Ocidental ao restante do Brasil, através do desenvolvimento de um centro industrial e agropecuário.
4. Estabelecer condições especiais como: (isenção de impostos dos produtos industrializados – IPI, imposto de importação e exportação, toda essa estrutura tinha o objetivo de favorecer o comércio com o exterior e o Centro Sul do Brasil).

Para Ianni (1986), depois que foi estabelecida toda uma infraestrutura de desenvolvimento para a Amazônia, com a criação de vários órgãos considerados importantes, principalmente a SUDAM, houve mais fluidez no processo de desenvolvimento da região. Ele reitera que:

Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar mais dinamismo os empreendimentos dos setores agrícolas, pecuários, industriais e de mineração. No mesmo ano de 1966, foi reformulado o Banco de Crédito da Amazônia S.A., passando a denominar-se Banco da Amazônia S.A., ou BASA, conforme a lei nº 5.122, de 28 de setembro. Pouco a pouco, ainda na esfera financeira, o Banco do Brasil (ou BB) dinamizou a sua presença na região, criando agências. Assim, em poucos anos a SUDAM, o BASA e o BB passaram a atuar de modo articulado, no sentido de dinamizar e diversificar os empreendimentos econômicos e públicos e privados na região. Em 1967 criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus, ou SUFRAMA, conforme decreto-lei nº 228, de 26 de fevereiro. Em junho de 1970 o governo federal adotou o Plano de Integração Nacional, PIN, de acordo com o decreto-lei nº 1.106. E o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, foi criado a 9 de julho do mesmo ano, conforme decreto-lei nº 1.110. Em 1971 criou-se o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste, PROTERRA, de acordo com o decreto-lei nº 1.179, de 6 de julho. Entre 1971 e 1978, construíram-se várias rodovias importantes: Transamazônica, Perimetral Norte,

Cuiabá-Santarém e Manaus-Caracarái (BR 174), entre outras estradas. E cabe registrar, ainda, dentre as iniciativas federais rurais importantes para a Amazônia, dois planos nacionais de desenvolvimento: I PND para 1971-1974, e II PND, para 1975-1979 (IANNI, 1986, p. 61).

Este autor entende que vale a pena elencar as principais medidas implementadas pelo Governo Federal durante o período de 1964 - 1978, pois elas causaram mudanças consideráveis em quase todos os níveis da sociedade amazonense.

- 1) ocorreu a dinamização e diversificação das ações produtivas.
- 2) foi fomentado o sistema creditício, público e privado.
- 3) houve uma ativação e crescimento da administração pública na região.
- 4) desenvolveu-se e acirrou-se a luta pela terra, envolvendo o poder público (federal, estadual, municipal, territorial), e as empresas agropecuárias e de mineração, posseiros e indígenas.
- 5) veio à tona novamente o antigo problema indígena relacionado à terra ou à defesa de sua cultura.
- 6) foram criados núcleos coloniais, com o objetivo de construir reservas de mão de obra para empreendimentos públicos e privados.
- 7) foi reformulada e ampliada a questão geopolítica da região amazônica, com relação aos problemas de defesa e aos problemas da “segurança interna”. (IANNI, 1986, *passim*).

No livro *Metamorfoses da Amazônia*, da socióloga e docente da Universidade Federal do Amazonas, professora Dr^a Marilene Corrêa da Silva, encontramos um estudo com bastante densidade e perspicácia acadêmica na abordagem sobre as políticas públicas de desenvolvimento para a Amazônia, e principalmente sobre a formação do pensamento social na região amazônica.

Quando discutimos, debatemos ou lemos sobre a Amazônia, em alguns livros, observamos continuamente, falar-se da Amazônia afirmando que ela foi esquecida ou encontra-se em estágio de subdesenvolvimento. Com muita frequência, a questão do “esquecimento” articula-se à do “desenvolvimento tardio” ou malconduzido; com muita veemência, essas apreciações saem do campo dos fatos para “ideologizar” (SILVA, 2013, p. 9).

Esta autora ressalta dizendo que, como se esses fatos, tivessem relação com a preferência tomada ou algum posicionamento político. A globalização do capitalismo pode apontar outro viés de interpretação, ao se referir à Amazônia ou a pesquisas relacionadas à temática, afirma. (SILVA, 2013).

Para Chaves (2011), a política que proporcionou uma diversidade de atividades produtivas integrantes das relações do capitalismo na Amazônia fez com que ocorresse uma redistribuição da mão de obra, contribuindo, sobretudo, para o surgimento de outras atividades econômicas no interior da região, devido à crise do extrativismo. E, com a criação da Zona Franca de Manaus nesse período, a consequência foi a desarticulação da economia no interior do estado do Amazonas.

No entanto, o que percebemos é que a Amazônia foi colocada numa “bandeja” e oferecida ao capitalismo internacional pelos militares, para ser explorada, devastada da forma mais cruel possível, sem ao menos levar em consideração os atores sociais históricos, que dela faziam parte. Através de projetos mirabolantes, que se diziam de “desenvolvimento”, como afirma Ianni (1986).

Considerações Finais

Procurou-se no texto discutir de forma breve, a empreitada para trazer os nordestinos para a Amazônia, para se engajar na “Batalha da Borracha”, em conjunto com as articulações feitas pelos norte-americanos, sobretudo, durante a II Guerra Mundial.

Contudo, mesmo com o incentivo governamental e estrangeiro, sobretudo para o setor industrial, o impacto econômico para a Amazônia e a economia gomífera não alcançou o patamar esperado, principalmente para os “soldados da borracha”, que se deslocaram da região nordeste para a região norte, com grandes expectativas, a partir da propaganda governamental, mas muitos não lograram êxito.

Contextualizou-se também a dependência que os EUA tinham da nossa borracha, culminando com o aprofundamento pelo interesse pela região amazônica. Contudo, para entender tal processo, aprofundou-se a análise no período do governo de Getúlio Vargas, quando ele se debruçou sobre as políticas desenvolvimentistas para a região amazônica.

Ainda no bojo desses projetos desenvolvimentistas, após a era Vargas, analisou-se no texto o fatídico período do golpe militar no Brasil, com seus governos autoritários e suas políticas tidas como “desenvolvimentistas” para a Amazônia, que contrariando o discurso oficial de um suposto vazio demográfico, causou grandes transtornos aos povos tradicionais e ribeirinhos, além da destruição de parte da flora, fauna e biodiversidade desta região.

Referências

BRASIL. Congresso. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 21 nov 2021.

BRASIL. **Decreto nº 9.521 de 17 de abril de 1912a**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9521-17-abril-1912528099-republicacao-100546-pe.html>. Acesso em: 20 nov 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1106.htm. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 288**, de 28 fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. **Decretos nº 2.543-A, de 05 janeiro de 1912**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-2543-a-5-janeiro-1912-577797-republicacao-100826-pl.html>. Acesso em: 20 nov 2021.

BRASIL. **Lei nº 5.173**, de 27 de outubro de 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5173.htm. Acesso em: 02 dez. 2021.

CAMPOS, A. L. V. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. **Amazônia: expansão do capitalismo**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

CHAVES, M. P. S. R. De “**cativo a liberto**”: o processo de constituição Sócio-histórica do seringueiro no Amazonas. Manaus: Editora Valer, 2011.

DEAN, W. **Brazil and the struggle for rubber: a study in environmental history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

DRAYTON, R. **Nature's government: science, imperial Britain, and the 'Improvement' of the World**. New Haven: Yale University Press, 2000.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GARFIELD, S. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, n. 57. jun. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882009000100002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 out. 2021.

GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

HALL, A. L. **Amazônia: desenvolvimento para quem? O desmatamento e o conflito social no Programa Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

IANNI, O. **Ditadura e agricultura: o desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (1964-1978)**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira S.A., 1986.

LOUREIRO, V. R. **Amazônia: Estado, homem, natureza**. Belém: CEJUP, 1992.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. 2. ed. São Paulo: Polis, 1984.

OLIVEIRA, A. E. Ocupação Humana. In: SALATI, E.; *et al.* **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia: monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus 1990.

OLIVEIRA, A. U. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papyrus, 1988.

PINTO, L. F. **Jari, toda verdade sobre de Ludwig: as relações entre Estado e multinacional na Amazônia**. São Paulo: Editora: Marco Zero, 1986.

PINTO, N. P. A. **Política da borracha no Brasil: falência da borracha no Brasil**. São Paulo: HUCITEC/CRE, 1984.

SILVA FILHO, A. L. M. Estilhaço de uma guerra. In: GONÇALVES, A.; COSTA, P. E. B. (Orgs). **Mais borracha para a vitória**. Fortaleza: MAUC/NUDOC, 2008.

SILVA FILHO, Eduardo Gomes da. **Projetos Desenvolvimentistas na Amazônia e a Resistência dos Waimiri-Atroari, 1964-2014**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Amazonas-UFAM, 2015. 215 f.



SILVA, M. C. **Metamorfoses da Amazônia**. 2. Ed. Manaus: Valer, 2013.

TOTA, A. P. **O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

